

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

GENDER VIOLENCE: PERSPECTIVES, CHALLENGES AND COPING STRATEGIES WITHIN THE SCOPE OF PUBLIC POLICIES

Aline do Amaral Zanchetta¹
Elke Cristiene Ratz²
Isabella Paiva do Nascimento³
Maria Eduarda Ferretti da Silva⁴
Sofia Magrinelli Guiotti⁵
Daniela Emilena Santiago⁶
Claudia Maria Rinhel Silva⁷
Renata Thais Barbosa⁸

RESUMO: O presente artigo discute a violência de gênero e o papel das políticas públicas em seu enfrentamento, com foco nas estratégias adotadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente nos serviços do CRAS e CREAS. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas com profissionais da rede socioassistencial. Os resultados revelam práticas relevantes de acolhimento às mulheres, mas também apontam limites significativos, como falhas no planejamento contínuo, insuficiência na capacitação das equipes e ausência de ações voltadas aos agressores. Evidencia-se que o enfrentamento da violência de gênero requer investimento permanente na formação profissional, fortalecimento das ações preventivas e educativas e estratégias que assegurem direitos de forma contínua. Conclui-se que a efetividade das políticas públicas depende da apropriação crítica das diretrizes e de sua aplicação qualificada, sustentada por planejamento, execução consistente e práticas que promovam igualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulher; Violência de Gênero; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article discusses gender-based violence and the role of public policies in addressing it, focusing on the strategies adopted by the Unified Social Assistance System (SUAS), especially in the services of CRAS (Reference Center for Social Assistance) and CREAS (Specialized Reference Center for Social Assistance). The research, using a qualitative approach, employed semi-structured interviews with

¹ Graduada em Administração de Empresas. Graduanda em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP. E-mail: aline_zanchetta@hotmail.com.

² Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados. Graduanda em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP. E-mail: elke.ratz@gmail.com.

³ Graduanda em Psicologia na Unip, campus Assis-SP. E-mail: isabella_0701@outlook.com

⁴ Graduanda em Psicologia na Unip, campus Assis-SP. E-mail: ferrettimariaeduarda003@gmail.com

⁵ Graduanda em Psicologia na Unip, campus Assis-SP. E-mail: somagrinelli@hotmail.com

⁶ Assistente Social. Mestre em Psicologia e em História e Doutora em História pela Unesp de Assis. Docente no curso de Psicologia da Unip, campus Assis-SP. E-mail: daniela.oliveira@unip.br

⁷ Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia pela Unesp de Assis. Docente e Supervisora. no curso de Psicologia da Unip, campus Assis-SP. E-mail: claudia.silva@docente.unip.br

⁸ Psicóloga. Mestranda no Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da UNIP. Docente e Supervisora. no curso de Psicologia da Unip, campus Assis-SP. E-mail: renata.barbosa@docente.unip.br

professionals from the social assistance network. The results reveal relevant practices for welcoming women, but also point to significant limitations, such as failures in continuous planning, insufficient training of teams, and a lack of actions aimed at aggressors. It is evident that addressing gender-based violence requires permanent investment in professional training, strengthening preventive and educational actions, and strategies that ensure rights continuously. It concludes that the effectiveness of public policies depends on the critical appropriation of guidelines and their qualified application, supported by planning, consistent execution, and practices that promote gender equality.

Keywords: Women; Gender-Based Violence; Public Policies.

1 Introdução

A necessidade de abordar o tema violência de gênero no contexto do SUAS é relevante, uma vez que, embora existam diversas pesquisas sobre o tema, essa violência ainda é recorrente na sociedade contemporânea e, neste sentido, prioriza-se a compreensão de como as políticas públicas se organizam para desvelar as violências que são encobertas pelo medo, preconceito, vergonha ou, até mesmo, pelas ameaças, articulando com suas práticas vigentes de acolhimento social.

Revisitar temas que continuam a causar impactos significativos na sociedade leva a repensar e considerar diferentes perspectivas. Isso estimula a interação com as instituições relevantes e desperta nelas uma conscientização sobre tais questões. Além disso, essa reflexão oportuniza a produção de conhecimento que fundamenta essa demanda, reforçando, assim, os objetivos no contexto acadêmico.

Assim, o objetivo do presente artigo é identificar e analisar as atividades desenvolvidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atreladas à violência de gênero, considerando aspectos afetos à prevenção e à intervenção vinculados especificamente às mulheres, bem como analisar as estratégias de planejamento de ações destinadas à conscientização sobre violência de gênero para os usuários.

Além disso, busca identificar e mapear as atividades de capacitação direcionadas aos trabalhadores do SUAS, focadas nos aspectos relacionados à violência de gênero no contexto do sistema e investigar os desafios enfrentados no combate à violência de gênero, assim como identificar as ações práticas no combate à violência de gênero nos equipamentos do SUAS.

Como hipótese, partiu-se do pressuposto de que caracterizar a violência de gênero passa pela compreensão dos comportamentos, das falas ou insinuações que caracterizam essa forma de violência. Historicamente, ao se falar em violência vem à mente apenas a violência física e, assim sendo, desconsidera-se as formas mais sutis de

violência que exercem forte impacto psicológico, como por exemplo, as violências psicológica, patrimonial e moral.

Adicionalmente, supõe-se que a violência de gênero pode ocorrer de maneira velada, em que a vítima possui consciência do significado do ato de violência, mas opta por mantê-lo em sigilo, seja por medo de retaliação ou ameaças, seja pela preocupação de comprometer a reputação do agressor ao revelar algo que possa abalar sua integridade e provocar indignação alheia.

Assim, pode-se presumir que a compreensão do que seja a violência, em todas as suas formas, passa por ações efetivas das políticas públicas, especialmente no que diz respeito à conscientização, visando estratégias planejadas e organizadas de veiculação desse conhecimento, com o intuito de abranger o maior número de mulheres possível. Considerando toda a complexidade da máquina pública, acredita-se que o SUAS careça de métodos de trabalho planejados e estruturados que permitam aos técnicos se antecipar à problemática e não apenas atender à demanda que chega.

Independentemente das circunstâncias, essas hipóteses serão submetidas a análise por meio de uma pesquisa que investiga a violência de gênero junto ao SUAS, com base na demanda dos usuários desse serviço. Essa abordagem permitirá examinar a complexidade e a variedade de experiências relacionadas à violência de gênero, considerando diferentes contextos sociais, econômicos e culturais.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e, de acordo com Minayo (2001), prioriza a compreensão dos fenômenos sociais por meio da interpretação dos significados, dos valores e das relações construídos pelos indivíduos. No contexto da violência de gênero, especialmente contra as mulheres que acessam os serviços de proteção, a pesquisa qualitativa se revela essencial para explorar as complexidades desse fenômeno. A violência de gênero é marcada por aspectos subjetivos, sociais e estruturais que não podem ser adequadamente captados por métodos quantitativos, exigindo uma análise que considere as percepções e vivências das mulheres vítimas de violência, assim como as práticas e os desafios enfrentados nesses espaços sob a perspectiva dos profissionais que atuam nesses serviços.

Conforme Bruyne *et al.* (1991 *apud* Minayo, 2001), o método vai além da simples aplicação de técnicas, abarca o conhecimento científico, diferenciando-o do senso comum, especialmente daquele influenciado pelo patriarcado, como apontado pela literatura de referência deste projeto. Assim, o método proposto encontra-se sustentado

por uma teoria que, à luz das obras de Priore (2005) e Stearns (2018), entre outros, converge para a apreensão histórica da violência de gênero.

Para além disso, ele organiza a estrutura da pesquisa, definindo os sujeitos que representarão o recorte da realidade e os instrumentos mais adequados para a coleta de dados. Ademais, corrobora como um detalhamento para realização da análise dos dados, visando articular as informações coletadas de forma crítica, contribuindo para a construção do conhecimento, levando em conta as experiências e práticas relevantes no contexto da violência de gênero no âmbito das Políticas Públicas, especialmente a partir da perspectiva dos profissionais que nelas atuam.

A metodologia, assim, é compreendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2001, p. 16). Dessa forma, o método empregado neste estudo buscou não apenas coletar dados sobre a violência de gênero, mas também compreender os sentidos e significados atribuídos pelas mulheres pela perspectiva dos profissionais envolvidos. O objetivo é explorar como esses serviços impactam suas vidas e como as políticas públicas de proteção estão sendo implementadas e vivenciadas na prática.

Para a apreensão da realidade Minayo (2001) expressa a necessidade de uma definição de amostra, compreendendo que a amostra é um recorte, uma pequena expressão de uma totalidade. Por analogia, define-se no presente projeto, realizar a pesquisa junto aos técnicos do CRAS e CREAS, uma vez que tais profissionais são os responsáveis por executar e acompanhar as ações desenvolvidas em prol da inclusão dos aspectos de violência de gênero. Gunther (2006) concorda com a referida autora ao destacar a importância da delimitação da fonte sobre a qual a pesquisa acontecerá e ainda alerta sobre a necessidade de se especificar muito bem esta definição a fim de tornar o tema possível de ser alcançado, contemplado e pesquisável. No caso da pesquisa aqui proposta, observou-se que, nos municípios, é competência do gestor, juntamente com os técnicos do SUAS, a propositura, a elaboração e o planejamento de todas as ações desenvolvidas, considerando a multidisciplinaridade das equipes atuantes nos equipamentos. No entanto, notou-se, ainda, que nos municípios de pequeno porte, muitas vezes, o gestor apenas acompanha o planejamento e é suporte na execução das ações, as quais são viabilizadas, em maior medida, pelos técnicos de referência. Dessa maneira, considera-se que seja vital e importante para este trabalho a realização de uma pesquisa que aborde a perspectiva apresentada por cada técnico de referência dos equipamentos do SUAS, que são os

responsáveis por subsidiar e executar o acompanhamento das ações atreladas à inclusão, na qual a questão de gênero tem sido de suma importância.

Assim, seria o primeiro recorte e definição de amostra a ser considerado: abordagem junto aos técnicos de referência do SUAS, compreendendo os técnicos que estão na coordenação de CRAS e de CREAS dos territórios.

Afinal, como se sabe, o SUAS contempla organizações de execução direta e de execução indireta. A execução direta contempla ações que são desenvolvidas por organizações governamentais, ao passo que a indireta, por outro lado, faz acepção a convênios firmados com organizações não governamentais por parte do Poder Público. Para a definição da amostra delimitou-se por realizar a abordagem junto aos profissionais vinculados à execução direta, sendo esses: técnico de referência do CRAS e técnico de referência do CREAS e será usado o mesmo roteiro de base para a realização da entrevista. Por meio de tal amostra, considera-se que será possível identificar as ações planejadas e empreendidas e conhecer como está sendo implementada a inclusão junto às práticas cotidianas do SUAS.

Além da questão da definição da amostra, Minayo (2001) chama a atenção para a definição dos instrumentos que serão usados para a realização da pesquisa. Ghunter (2006) coloca que os instrumentos são dispositivos a serem consolidados e por meio dos quais é possível captar o objeto da pesquisa. Ambos os autores apresentam a entrevista como uma das abordagens possíveis de realização, e indicam dois tipos básicos de entrevista: a estruturada e a semiestruturada. A entrevista estruturada é orientada por um roteiro, mas coordenada com rigidez; ao passo que a semiestruturada possui um roteiro com perguntas, mas se apresenta de forma mais flexível. Por conseguinte, optou-se por desempenhar a entrevista semiestruturada, que foi orientada pelo seguinte roteiro, tendo sido convertido em formato de perguntas para os participantes:

- Área de atuação e forma de ingresso (curso ou contratação); tempo de permanência na área; especialização na área ou congêneres.
- Ações já empreendidas ou planejadas atreladas à questão de violência de gênero e diminuição do preconceito (ações com usuários do SUAS).
- Principais entraves observados nas ações de inclusão voltados à questão de gênero.

- Atividades de capacitação e formação profissional ofertadas pelo Município em torno da questão de gênero.
- Propostas para o desenvolvimento de ações voltadas à minimização do preconceito e a inclusão de aspectos atrelados à questão de gênero.
- Demais questões que julgar necessário destacar.

Assim, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a entrevista como documentação direta possibilita ao entrevistador obter, de forma verbal, as informações necessárias para a pesquisa. A interação direta permite esclarecer dúvidas, explorar temas mais profundamente e captar nuances que podem não ser evidentes em outros métodos de coleta de dados, como questionários ou pesquisas *online*. Assim, a entrevista se torna uma ferramenta valiosa para entender as experiências e perspectivas dos participantes de forma mais rica e contextualizada.

A entrevista foi realizada somente após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e foi conduzida com os profissionais que atuam nos espaços de execução das políticas públicas, especificamente os técnicos do CRAS que constituem as fontes da investigação. Para isso, foram realizados contatos prévios com o objetivo de viabilizar o agendamento das entrevistas, garantindo sua efetiva realização, posteriormente.

Em data e horário agendados, procedeu-se à pesquisa de forma presencial, no local de atuação dos sujeitos envolvidos, em espaços por eles definidos que garantiram a devida privacidade. A pesquisa foi realizada em grupo, com toda a equipe do CREAS, como solicitado pela Diretora e, de forma individual, no CRAS, numa conversação face a face, que proporcionou ao entrevistador a aquisição das informações necessárias. Para isso, utilizou-se, como instrumento, a entrevista qualitativa, do tipo semiestruturada, sendo orientada por um roteiro, conforme visto anteriormente; o que viabilizou a coleta dos dados, os quais foram transcritos no decorrer da entrevista e, posteriormente, anexados a este projeto. Essa abordagem assegurou que as respostas dos entrevistados fossem registradas com precisão, promovendo a confiabilidade das informações obtidas (Gil, 2008).

O procedimento para análise de dados nesta pesquisa foi orientado de forma a extrair as informações mais relevantes, aquelas diretamente relacionadas à violência de gênero, especificamente contra mulheres, buscando, desta forma, responder aos objetivos

e às hipóteses desta pesquisa. Portanto, a análise não se limitou a uma simples descrição dos dados coletados, ao contrário, buscou compreender como esses dados se conectaram ao principal objeto de investigação.

Nesta etapa, foram elencados os eixos de discussão que nortearam o projeto. Esses eixos permitiram uma organização coerente dos dados, facilitando uma interpretação rica e contextualizada. Isto posto, cabe ainda destacar que, segundo Gunther (2006) e Minayo (2001), é preciso definir sob quais bases será realizada a análise e a interpretação dos dados obtidos.

Assim, a análise será organizada pelos seguintes eixos:

1. Tempo de atuação no SUAS e possibilidade de planejar.
2. Acompanhar ações desenvolvidas em tal política social.
3. Ações já desenvolvidas em prol de aspectos atrelados à inclusão de gênero e ações planejadas.
4. Propostas de intervenções para ações a serem empreendidas visando à inclusão e à minimização do preconceito.
5. Atividades de capacitação e formação dos trabalhadores do SUAS em prol da discussão de questões de gênero.

A interpretação dos dados se assentou também na análise crítica do discurso e no fato de que se compreende as falas como representativas de uma realidade, porém, passíveis de análise e interpretação.

Gunther (2006) traz que a interpretação e a análise consideram o objeto como resultado de uma totalidade, uma historicidade que o integra e, por conseguinte, a interpretação de dados identificados considerou e foi realizada com base no desenvolvimento histórico das questões de gênero no Brasil, contemplando, assim, a historicidade proposta pelo autor.

Essa estruturação não apenas reforçou a validade dos achados, mas também contribuiu para o desenvolvimento de um diálogo crítico com uma literatura que sustentou a análise e a produção de conhecimento científico.

No desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica, é imprescindível considerar as questões éticas que envolvem o estudo. Conforme destacado por Minayo (2001), é fundamental que o projeto de pesquisa assegure a proteção dos participantes, respeitando a sua autonomia e garantindo o anonimato. Nesse sentido, a entrevista foi realizada após

a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, reforçando o compromisso com a integridade do processo. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por iniciais para preservar suas identidades, mantendo o sigilo necessário. A pesquisa, em conformidade com as normativas éticas, não ofereceu remuneração aos participantes, tampouco cobrou pela participação, o que assegurou que o processo fosse conduzido de maneira justa e equitativa.

2 Resultados e Discussão

Com base nos objetivos delineados e nos procedimentos metodológicos adotados, apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos nas entrevistas. A coleta de dados foi realizada junto aos principais equipamentos que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo entrevistas com profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), incluindo suas respectivas coordenações e equipes técnicas.

A amostra, considerada representativa do território investigado, foi integralmente contemplada, o que possibilitou uma compreensão ampliada das ações desenvolvidas no enfrentamento da violência de gênero. Foram identificadas estratégias tanto no âmbito da proteção social básica, vinculadas ao CRAS e voltadas à prevenção e ao fortalecimento de vínculos, quanto na esfera da proteção social especial, de responsabilidade do CREAS, voltada às situações em que os direitos das mulheres já foram violados.

A realização da pesquisa junto aos dois principais equipamentos do SUAS – CRAS e CREAS – ampliou significativamente o alcance da análise, permitindo compreender não apenas a condução das ações preventivas direcionadas à redução de vulnerabilidades sociais e à promoção da equidade de gênero no território, mas também a forma como as intervenções ocorrem diante das situações de violação de direitos. Desse modo, os resultados obtidos dialogaram diretamente com os objetivos da pesquisa, possibilitando identificar, analisar e contrastar as práticas institucionais dos dois níveis de proteção do SUAS no enfrentamento da violência de gênero, com ênfase nas ações voltadas às mulheres.

Além disso, os dados analisados confirmaram as hipóteses inicialmente formuladas, ao evidenciarem que a violência de gênero se manifesta de formas múltiplas. Observou-se, ainda, que os serviços possuem um planejamento anual; contudo, este se

mostrou pouco explorado como ferramenta estratégica e orientadora de ações específicas voltadas à temática da violência de gênero. Essa constatação reforçou a percepção de que há limitações estruturais no uso do planejamento como instrumento de antecipação das demandas, o que corroborou a hipótese de que a Assistência Social no município carece de métodos de trabalho mais organizados e sistemáticos, capazes de promover estratégias antecipatórias e não apenas reativas. Também foi confirmada a hipótese de que muitas mulheres tendem a silenciar situações de violência, seja por medo ou por diversos fatores contextuais.

Tais apontamentos iniciais, juntamente com outros aspectos emergentes da pesquisa, serão aprofundados a seguir, por meio da análise e discussão dos dados à luz dos objetivos e hipóteses do estudo, articulados aos referenciais teóricos que oferecem suporte às interpretações desenvolvidas de forma fundamentada.

A análise e discussão dos dados obtidos nesta pesquisa buscaram compreender de que forma as práticas institucionais desenvolvidas no âmbito da Assistência Social contribuíram para o enfrentamento da violência de gênero, considerando tanto os limites quanto as potencialidades das ações empreendidas, bem como oferecendo respostas às questões centrais que orientaram a investigação e que se mostraram relevantes para a compreensão do fenômeno estudado. Desta forma, a seguir, são apresentados os principais elementos extraídos das entrevistas realizadas com profissionais dos equipamentos do SUAS – o CRAS e o CREAS –, com o objetivo de evidenciar como suas práticas institucionais se articulam à temática da violência de gênero. Essa exposição está fundamentada em referenciais teóricos que oferecem subsídios para a interpretação crítica das estratégias adotadas e dos desafios enfrentados na efetivação de políticas públicas voltadas às mulheres.

Desta forma, a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas com profissionais atuantes no CRAS e no CREAS evidencia, desde o início, o comprometimento e a experiência das entrevistadas no que diz respeito à aplicação da política pública de assistência social. Todas possuem trajetória consolidada na Assistência Social do município, com ingresso via concurso público, conforme orienta a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), que estabelece como responsabilidade dos gestores municipais: “Destinar recursos financeiros para a área, compor os quadros do trabalho específicos e qualificados por meio da realização de concursos públicos” (Brasil, 2006, p. 31).

No CREAS, a coordenadora M.A.L.S., graduada em Serviço Social, acumula três anos na função atual, somados a onze anos de atuação como assistente social em outros equipamentos da rede municipal. A assistente social M.F.S., também formada em Serviço Social, possui nove anos de experiência. A psicóloga J.C.B., com dois anos no cargo, e a advogada G.A.B., também com dois anos de atuação, completam a equipe multidisciplinar da unidade. No CRAS, a entrevista foi realizada com a diretora R.G.Q., formada em Psicologia e atuando há quatro anos na função, totalizando dezesseis anos de experiência no município, incluindo passagem anterior pelo CREAS, onde permaneceu por cinco anos. Ademais, a entrevistada informou que o CRAS conta atualmente com uma psicóloga e seis assistentes sociais em sua equipe. Observa-se, assim, que a equipe apresenta formação compatível com suas atribuições, além de uma vivência profissional significativa, o que contribui para o funcionamento integrado dos equipamentos do SUAS. A diversidade de formações, por sua vez, evidencia uma composição técnica complementar, aspecto essencial para a efetivação das ações propostas no campo da Assistência Social. Essa composição encontra respaldo na NOB-RH/SUAS, que define:

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (Brasil, 2006, p. 14).

Tal definição reforça o papel central dessas equipes na garantia dos direitos socioassistenciais e na efetividade das ações, o que se confirma no município analisado pela presença de profissionais com vínculo efetivo, formações diversas e experiência consolidada.

Contudo, constatou-se que o município não promoveu atividades de capacitação e formação profissional específicas sobre questões que envolvem a temática de violência de gênero, especialmente no que se refere à violência contra as mulheres. Tal ausência evidencia uma lacuna na formação continuada das equipes do SUAS, contrariando os próprios princípios estabelecidos pela PNAS, que reconhece como fundamental a qualificação permanente dos trabalhadores do setor. Segundo a PNAS:

A construção de uma política nacional de capacitação que promova a qualificação de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada para os trabalhadores públicos e privados e conselheiros, configura-se ademais como importante instrumento de uma política de recursos humanos, estando em curso sua formulação (Brasil, 2005b, p. 55).

Essa falta de capacitação compromete não apenas a efetividade das ações voltadas à proteção e ao enfrentamento da violência de gênero, mas também o reconhecimento da complexidade dessa temática dentro da atuação cotidiana nos serviços da Proteção Social Básica e Especial.

Nesse percurso analítico, um dos primeiros aspectos observados nas entrevistas com as profissionais atuantes no CRAS e no CREAS refere-se às percepções sobre o planejamento das ações e à presença – ou ausência – de instrumentos formais que organizam e orientam as atividades previstas para o ano. As falas revelaram, inicialmente, compreensões distintas sobre esse aspecto, especialmente no que diz respeito ao planejamento anual das ações voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, mas, ao final, convergiram quanto à existência de um instrumento que sistematiza essas ações.

No CREAS, por exemplo, a entrevista foi realizada em grupo, conforme solicitação das profissionais. Ao serem questionadas sobre a existência de um instrumento que orientasse o planejamento das ações, M.A.L.S. afirmou: “*Não, não. Isso, a gente discute, né? Não tem nenhum instrumental que a gente faça, né.*” [sic], indicando, num primeiro momento, que não havia um documento formal de planejamento anual, e que as atividades eram majoritariamente organizadas com base em demandas pontuais e datas comemorativas que se repetiam ao longo dos anos. No entanto, dias após a realização da entrevista, a profissional retomou contato para corrigir a informação, relatando que, ao refletir sobre sua fala, recordou-se da existência do instrumento formal que sistematiza as ações ao longo do ano. Além disso, disponibilizou os planos de ação referentes aos anos de 2022 e 2025. Essa dinâmica revela não apenas a existência formal do planejamento como instrumental, mas também uma limitação quanto à sua aplicabilidade prática como ferramenta orientadora do cotidiano institucional. Como destaca o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),

[...] o planejamento deve ser participativo, dinâmico e contínuo, de modo a perpassar todos os processos de trabalho do CREAS e possibilitar mudanças, ajustes e medidas corretivas. Para tanto, recomenda-se que a equipe incorpore no seu cotidiano profissional reuniões para planejar e acompanhar as atividades, discutir aspectos pertinentes e relevantes da Unidade e dos serviços, visando ao aperfeiçoamento, à qualificação e à revisão das ações desenvolvidas (Brasil, 2011, p. 53).

Tais diretrizes reforçam que o aprimoramento do planejamento não depende apenas da existência de documentos normativos, mas da construção coletiva de uma cultura de análise crítica do fazer profissional. Essa necessidade torna-se ainda mais evidente ao se considerar que uma das ações realizadas em 2024, voltada à temática da violência contra a mulher, ocorreu apenas em razão de um convite externo, e não como parte de uma estratégia previamente articulada pela equipe. Conforme relatado por J.C.B.: *“No ano passado, no [...], solicitaram, é, algumas falas, orientações, não sei nem se chama de palestra, porque na verdade eram uns 20 minutinhos ali no momento da reunião de pais”* [sic]. O relato evidencia que, apesar da relevância da temática e da disposição para abordá-la, as ações ainda carecem de maior estratégia, o que revela uma distância entre o planejamento de ações e sua efetiva incorporação pelas equipes.

No CRAS, por outro lado, o planejamento anual foi prontamente reconhecido como parte das rotinas institucionais. Verificou-se, aliás, que o plano é elaborado de forma conjunta entre os dois equipamentos – CRAS e CREAS. Tendo em vista essa participação compartilhada na construção do planejamento, tornou-se oportuno questionar a ausência, no plano de 2025 disponibilizado pelo CREAS, de ações específicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, sobretudo em comparação ao plano de 2022, no qual tais ações estavam previstas de forma mais clara e estruturada. Tal ausência, ainda que parcialmente compensada pela intenção declarada de realizar ações futuras, evidencia uma descontinuidade na institucionalização do tema enquanto previsão, o que enfraquece a sustentabilidade e a efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência. Nesse sentido, a entrevistada R.G.Q. mencionou a possibilidade de realização de uma atividade relacionada à campanha Agosto Lilás:

[...] Agosto Lilás, a gente tava pensando em fazer um evento maior, ao invés de trabalhar a oficina do PAEIF, a oficina dos idosos, depois as gestantes, a gente tá pensando em fazer um evento maior, a gente não sabe se vai chamar uma pessoa de fora [...] [sic].

Ainda que essa fala indique um esforço de articulação, a ausência do tema no plano de 2025, apesar de sua relevância social e política, confirma, novamente, a falta de propostas efetivas para o desenvolvimento de ações voltadas à minimização do preconceito e a inclusão de aspectos atrelados à questão de gênero.

Tal constatação contrasta com o que preconiza a própria normativa técnica do serviço, que ressalta a importância de utilizar o planejamento como ferramenta de reflexão crítica sobre a prática: “O planejamento permite que a equipe do CREAS reflita sobre as ações desenvolvidas, os processos de trabalho adotados e os resultados alcançados” (Brasil, 2011, p. 53).

Esse cenário revela uma tensão significativa entre a existência do planejamento formal e sua efetiva utilização como instrumento de gestão cotidiana nas unidades do SUAS, mais especificamente no CREAS. Embora haja documentos que sistematizam as ações anuais, como os planos apresentados, observa-se uma baixa apropriação por parte da equipe, especialmente evidenciada na dificuldade inicial em reconhecer a existência do plano e na pouca clareza quanto ao seu uso prático. Tal constatação sugere que o planejamento, ainda que formalizado, não cumpre sua função estratégica de orientar as ações, sendo frequentemente substituído por uma lógica de respostas pontuais e reativas às demandas emergentes. Como alertam as orientações do CREAS:

A equipe do CREAS precisa atentar-se para o cotidiano de trabalho no espaço institucional, não permitindo que a rotina impossibilite a revisão das práticas adotadas. Assim, deve prevenir a mecanicidade e a rotina acrítica do trabalho, para não empobrecer as intervenções realizadas. Para isso, é necessário estabelecer uma agenda institucional de reuniões periódicas com o objetivo de debater, analisar e refletir sobre sua atuação e procedimentos adotados (Brasil, 2011, p. 53).

Essa dinâmica transparece durante a entrevista com a equipe do CREAS, cujas falas evidenciam a ausência de diretrizes claras no enfrentamento da violência de gênero. M.A.L.S. declara: “*Não me recordo se o ano passado a gente colocou outdoor?*” [sic], sendo complementada por J.C.B.: “*Não, ano passado acho que não, porque ano passado a gente tava muito sobrecarregada com outras campanhas e outras coisas e aí a gente não conseguiu dar atenção pra esse tema, foi mais em 2023 mesmo*” [sic].

Em seguida, M.A.L.S. retoma:

Ano passado, a gente, posso falar pela equipe, que no ano passado, não só nós, mas como um todo né? A gente vinha vindo num ritmo muito pesado e no ano passado a gente deu uma acalmada em relação a campanhas, deu uma boa diminuída, principalmente no segundo semestre. Este ano a gente já tem um planejamento que vem ocorrendo [sic].

Por fim, G.A.B. acrescenta um fator externo: *“Acho que barrou também por conta de uma questão da eleição, porque não poderia usar algumas coisas da Prefeitura, e tudo mais”* [sic].

As declarações reforçam que as atividades acabam sendo determinadas pelas urgências do cotidiano, o que desloca a proposição de ações sistemáticas, estruturadas e coerentes com os objetivos da política pública – especialmente aquelas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero – para um segundo plano. Essa desarticulação entre planejamento e execução institucional revela um modo de funcionamento que inviabiliza, em certa medida, a formulação de estratégias diretivas e o fortalecimento de uma atuação crítica e articulada ao público em questão. Como destaca o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP):

[...] para atuar dentro de uma política pública como a PNAS, psicólogas e psicólogos precisam desenvolver uma consciência crítica de que estão atuando dentro de Sistemas: Sistema de Proteção Social Brasileiro e Sistema Único de Assistência Social, além de seu trabalho estar relacionado ao Sistema de Garantia de Direitos, que trata de públicos mais específicos tais como crianças e adolescentes, mulheres, população LGBTQIA+ e população afro-brasileira, entre outros (Conselho Federal de Psicologia, 2021, p. 141).

Nesse sentido, o planejamento – bem como sua efetiva incorporação no cotidiano profissional – constitui uma ferramenta essencial para uma atuação pautada em estratégias previamente delineadas a partir de um olhar crítico sobre as vulnerabilidades sociais, sobretudo aquelas enfrentadas por mulheres em situação de violência. Soma-se a esse cenário a ausência de ações específicas voltadas a essa temática no plano de 2025, o que evidencia que, embora exista um instrumento formal de planejamento, este não contempla de maneira expressa e estruturada as ações voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Tal lacuna reforça a necessidade de que o planejamento seja compreendido não apenas como um requisito formal ou administrativo, mas como uma ferramenta político-técnica articulada aos compromissos ético-políticos da atuação no CREAS. Isso exige dos(as) profissionais não apenas o reconhecimento de sua inserção em sistemas interdependentes – como o SUAS e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) –, mas também um posicionamento crítico que fundamente estratégias contínuas e coerentes com as demandas sociais. Nessa direção, o planejamento anual precisa ser ressignificado como instrumento fundamental de direcionamento das práticas institucionais, especialmente quando se trata da proteção de mulheres em situação de violência.

De acordo com as pontuações referentes ao planejamento, nota-se que a ausência de estratégias previamente definidas impacta diretamente a condução das ações realizadas. Quando não pensadas com intencionalidade crítica, essas ações podem ser interrompidas por reações inesperadas do público, como parece ter ocorrido com a instituição solicitante das palestras, ao observarem os sinais de desconforto por parte de alguns participantes do público masculino.

Nas articulações da equipe do CREAS sobre tal ação, surgem nas palavras de M.A.L.S.: “*Não assim, traumático, pra gente foi bom, né? Mas pra quem tava ouvindo...*” [sic]. A fala é complementada por J.C.B.:

Era pra ter sido quatro pequenas falas, quatro encontros, mas não com o mesmo grupo de pais, eram quatro grupos de pais diferentes [...]. É, porque, não sei qual profissional do [...] recebeu reclamações sobre a gente ter desenvolvido essa temática e aí elas deram um retorno agradecendo a disponibilidade [...]. Então a gente só fez a primeira, não pudemos fazer as outras três [...]. Então nós trabalhamos basal mesmo, a identificação, os pontos de denúncia e de atendimento e orientações e pra não deixar os homens de fora, a gente também falou um pouco da importância dos homens nessa temática e pra finalizar a gente trouxe sobre as dificuldades relacionais de marido e mulher que levam à violência e a possibilidade de abrir a comunicação verbal, e aí eles ficaram incomodados. [sic]

Essa percepção é reforçada quando, ao ser questionada sobre o incômodo gerado, J.C.B. comenta:

Provavelmente, porque muitas mulheres começaram a olhar, a gente começou a perceber olhares, delas tipo assim concordando, a gente começou a ver feições de concordar, de dar uma olhada assim de canto pro marido, a gente começou a ver as reações, mas elas não chegaram a falar com a gente. [sic].

Nesse contexto, evidencia-se uma abertura para discussões importantes, ainda que tenha ocorrido apenas com um dos quatro grupos inicialmente previstos, o que denota a potência da intervenção e, ao mesmo tempo, os limites impostos por reações de desconforto diante do tema da violência de gênero.

Apesar disso, é importante reconhecer que as profissionais prontamente acolheram a demanda e demonstraram disponibilidade e sensibilidade ao atender o convite da instituição externa, o que reforça a importância de sua atuação e a disposição ética diante do tema. No entanto, o episódio também evidencia que, se houvesse um planejamento mais estruturado, uma capacitação contínua e uma preparação prévia da

equipe para lidar com os efeitos esperados – como o incômodo de parte do público masculino –, talvez fosse possível sustentar a continuidade do trabalho e transformar o impasse em abertura para a escuta e intervenção.

Como reconhece a própria J.C.B.:

[...] diferente do que a gente esperava isso causou atritos. Daí tem até alguns estudos que dizem que o adequado seria o acolhimento nos atendimentos dos homens também porque quando se fortalece uma mulher, ela sofre as consequências e represálias dentro de casa depois, por isso da importância de atender o homem [...] [sic].

Esse trecho revela a percepção de que há efeitos esperados – e até documentados, segundo a entrevistada – decorrentes do empoderamento das mulheres, como o risco de represália em contextos familiares marcados por assimetrias de poder.

Esse cenário dialoga com as contribuições de Priore (2005) e Stearns (2018), ao evidenciar como o patriarcado estrutura relações desiguais e exerce forte controle simbólico e material sobre os corpos e comportamentos de mulheres e homens. Como argumenta Stearns (2018), o patriarcado não se sustenta apenas por força física ou normas legais, mas pela internalização de valores que moldam as expectativas sociais sobre o papel de homens e mulheres. Já Priore (2005) evidencia que o controle da sexualidade, da fala e da visibilidade feminina está historicamente articulado à manutenção da autoridade masculina. Dessa forma, quando uma ação de orientação promove o deslocamento desses papéis tradicionais, como ocorreu na oficina relatada, as reações de resistência masculina podem ser compreendidas não como simples incidentes, mas como manifestações de um sistema historicamente estruturado que se vê questionado.

Pensar estrategicamente essas ações, portanto, permite não apenas lidar com essas resistências, mas usá-las como indicadores de que o trabalho está tocando em pontos sensíveis, cuja transformação é, justamente, mais necessária. Assim, o planejamento não deve ser um mero instrumento formal, mas um guia crítico que antecipa possíveis tensões e oferece caminhos éticos e políticos para enfrentá-las.

Importante ressaltar que, para além das situações pontuais descritas, há um entrave recorrente na rede socioassistencial: a ausência de estratégias consolidadas e serviços tipificados para o acompanhamento dos homens autores de violência. Embora as profissionais reconheçam a necessidade de incluir esse público nas ações de

enfrentamento, destacam a resistência dos próprios sujeitos e a inexistência de diretrizes formais que sustentem tal atuação. Como afirma J.C.B.:

[...] apesar da gente trabalhar com famílias, alguns desses homens não estão abertos a vir conversar sobre o tema, então a maioria, a gente dá respaldo para a mulher que passou pela violência, então a nível de Assistência Social eu entendo que hoje em dia não só em [...], mas a nível nacional, nós ainda não temos muito bem estabelecido esse lugar do acompanhamento do homem, nas situações de violência [...] [sic].

Mesmo quando há encaminhamentos judiciais, o atendimento ocorre de forma pontual, sem abordagem sistemática. M.S. relata: *“Eles só vêm quando são obrigados [...] não tem grupo específico pra isso, então fica solto, sabe?” [sic]*. Essa realidade evidencia tanto a potência quanto os limites das equipes do SUAS, que atuam frente às lacunas institucionais. Reforça-se, portanto, a urgência de políticas públicas que superem a resposta centrada exclusivamente na vítima e avancem em estratégias integradas que contemplem todos os sujeitos envolvidos, inclusive os agressores.

Tal cenário se conecta diretamente ao objetivo da presente pesquisa, ao demonstrar um dos desafios concretos enfrentados pelas equipes do SUAS no enfrentamento à violência de gênero: a dificuldade de atender o núcleo familiar de forma integral, especialmente quando o agressor não comparece, se recusa a participar ou quando o serviço sequer prevê essa possibilidade de acolhimento. A lógica de proteção da mulher, embora fundamental, não pode estar dissociada de estratégias que incluam o autor da violência, sob risco de perpetuar o ciclo sem a devida responsabilização e transformação dos padrões violentos.

Apesar das fragilidades identificadas, é preciso reconhecer que, em meio aos desafios enfrentados nos equipamentos do SUAS, algumas iniciativas se destacam pela assertividade e pelo compromisso ético-profissional demonstrado pelas equipes técnicas. Um exemplo expressivo relatado pela entrevistada do CRAS, diz respeito a um trabalho realizado junto às gestantes atendidas, diante de reiterados relatos sobre situações de violência obstétrica. Entre os casos mencionados, destacou-se o de uma mulher que, durante o parto, sofreu uma laceração grave, como expressam as palavras da Diretora do CRAS R.G.Q.: *“Olha, a mais grave que eu me lembro agora, foi de uma mulher que teve a junção da vagina com o ânus, que rasgou, na hora de cortar, eu não sei como que é a técnica, na hora do pique, fez a junção da vagina com o ânus” [sic]*. Além disso, foram

citadas práticas que configuram violações de direitos, como impedir a permanência do acompanhante na sala de parto. Conforme previsto na Lei nº 11.108/2005:

A Lei Federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005, mais conhecida como Lei do Acompanhante, determina que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, são obrigados a permitir à gestante o direito a acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto. O acompanhante será indicado pela gestante, podendo ser o pai do bebê, o parceiro atual, a mãe, um(a) amigo(a), ou outra pessoa de sua escolha. Esse direito é válido tanto para partos normais quanto cesarianas, e não pode ser impedido nem condicionado pela equipe de saúde (Brasil, 2005a).

A entrevistada R.G.Q. destaca que essa violação é recorrente:

[...] tem de não deixar o pai entrar dentro da sala de parto, de acompanhar o parto e isso é uma violência, a mulher já tá fragilizada, já tá ali sozinha, querendo ou não, vocês tá dentro de uma sala de cirurgia, né, então assim, você não sabe o que tá acontecendo, tem um pano aqui que você não pode ver nada do que tá acontecendo, é direito da mulher ter um acompanhante dentro da sala de parto, isso é um direito, né? [sic].

Diante dessas denúncias, o CRAS optou por uma estratégia de sensibilização que evidencia a postura ativa e ética da equipe técnica: em vez de apenas comunicar a situação às instâncias formais de saúde, convidou uma enfermeira da Santa Casa – único hospital do município e, por isso, objeto da intervenção – para ouvir os relatos das próprias mulheres atendidas. Essa escolha revelou-se mais potente, conforme relatado pela profissional, por mobilizar escuta, empatia e responsabilização direta:

[...] eu achei melhor a gente conversar com uma enfermeira da Santa Casa e trazê-la aqui pra ouvir os relatos do que eu fazer um contato direto, [...], agora você trazer um profissional que trabalha lá pra ouvir o que elas estão falando, é uma coisa completamente diferente, né? Você mobiliza muito mais. [sic].

Segundo a entrevistada, após esse trabalho não foram mais relatados novos casos semelhantes, o que reforça a importância das ações educativas e dialógicas como formas de enfrentamento da violência de gênero, sobretudo quando se apresenta de forma institucional e simbólica.

Situação semelhante foi observada em uma atividade desenvolvida também pelo CRAS com pessoas idosas, no contexto das oficinas de convivência e fortalecimento de vínculos. Nesses encontros, ao abordar-se a temática da violência contra a mulher, emergiram relatos significativos que ilustraram como determinados tipos de violência –

especialmente as de cunho psicológico, patrimonial, entre outras – permanecem, por vezes, naturalizados e não reconhecidos como violações de direitos. Conforme aponta R.G.Q., muitas mulheres trouxeram relatos: “[...] *não sabia que era [sic], [...] porque quando identifica que aquilo que ela passou foi uma violência, você quebra um pouco os padrões e aí dá uma mexida emocionalmente muito forte, então dá um gatilho que você tem que acolher na hora.*” [sic].

Essas experiências, ainda que situadas em contextos distintos, reforçam a compreensão de que muitas formas de violência de gênero, especialmente aquelas de cunho simbólico, institucional ou psicológico, ainda permanecem invisibilizadas ou não reconhecidas como tais pelas próprias vítimas. Apenas quando há espaços de escuta, informação e acolhimento qualificado é possível romper com o silenciamento e permitir a nomeação dessas experiências como violações de direitos. O reconhecimento tardio dessas violências não diminui sua gravidade, mas evidencia a urgência de ações preventivas e educativas contínuas no âmbito das políticas públicas.

Diante das análises realizadas, é possível reconhecer que, embora persistam lacunas estruturais, fragilidades no planejamento e desafios cotidianos nos serviços, as ações desenvolvidas pelos equipamentos do SUAS revelam esforços significativos e práticas comprometidas com o enfrentamento da violência de gênero. As iniciativas relatadas, em especial aquelas que promovem espaços de informação, escuta e sensibilização, demonstram a potência de uma atuação ética, crítica e articulada à realidade das usuárias. A compreensão dos dados obtidos, à luz dos referenciais teóricos e dos objetivos desta pesquisa, permite vislumbrar caminhos para o aprimoramento das políticas públicas no campo da assistência social, os quais serão discutidos nas conclusões finais deste estudo.

3 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira as políticas públicas voltadas à proteção social básica e especial do SUAS enfrentaram as diversas expressões da violência de gênero. Com base nas entrevistas realizadas com os técnicos dos serviços CRAS e CREAS, foram identificadas práticas relevantes de atendimento, acolhimento e sensibilização, ao mesmo tempo que se evidenciaram limitações estruturais, lacunas no planejamento e desafios cotidianos enfrentados pelas equipes técnicas.

Tais elementos indicaram que, embora o trabalho com a temática da violência de gênero estivesse em curso, ele ainda se desenvolveu, muitas vezes, de maneira fragmentada, reativa e condicionada a situações emergenciais, em detrimento de um planejamento mais estratégico e contínuo.

A complexidade das situações relatadas ao longo da pesquisa corroborou as premissas inicialmente consideradas, uma vez que demonstrou que a violência de gênero se manifesta sob formas múltiplas e nem sempre visíveis, exigindo estratégias de enfrentamento que ultrapassem as respostas imediatistas. Verificou-se que, para além da violência física, os atendimentos realizados pelos profissionais do revelaram a presença constante de violências psicológicas, patrimoniais e morais – frequentemente naturalizadas no cotidiano e, por esse motivo, de difícil identificação. A dificuldade das próprias usuárias em reconhecer tais situações como violência reforçou o entendimento de que a concepção tradicional do fenômeno limita seu enfrentamento, restringindo-o às manifestações mais explícitas.

Também se confirmou a suposição de que a violência de gênero pode ocorrer de forma silenciosa e encoberta. Os relatos apontaram que, em muitos casos, as mulheres optaram por manter em sigilo as experiências de violência, seja por medo de represálias ou pelo desejo de preservar a imagem do agressor. Essa conduta evidenciou as nuances subjetivas e sociais implicadas no silêncio da vítima e ressaltou a importância de uma escuta atenta e ética como fundamento das práticas de acolhimento e intervenção.

Adicionalmente, os dados revelaram que a ausência de ações organizadas e planejadas de conscientização, associada à fragilidade de políticas públicas voltadas à informação, dificultaram a disseminação sistematizada de conhecimentos sobre o tema junto às usuárias dos serviços. Observou-se, ainda, que as equipes técnicas enfrentaram limitações significativas, sobretudo relacionadas à escassez de capacitações contínuas sobre a temática da violência de gênero. Tal lacuna comprometeu a segurança técnica e institucional no enfrentamento das situações e reiterou a urgência da implementação de políticas de formação permanente voltadas aos trabalhadores do SUAS.

Verificou-se, também, que o sistema carecia de estratégias voltadas ao acolhimento e responsabilização do agressor. A inexistência de serviços direcionados ao trabalho com homens autores de violência configurou-se como um dos maiores desafios apontados pelas equipes, dificultando uma abordagem que considerasse o núcleo familiar

em sua totalidade. Essa lacuna acentuou a relevância de práticas intersetoriais e integradas, que articulem proteção, responsabilização e transformação social.

Destaca-se, por fim, que o próprio processo de pesquisa possibilitou momentos de reflexão crítica por parte das profissionais entrevistadas, funcionando como espaço de escuta e implicação subjetiva com a prática institucional. Ainda que esse não fosse um objetivo formal da investigação, tal desdobramento revelou o potencial mobilizador da escuta qualificada e do diálogo reflexivo como dispositivos capazes de promover, simultaneamente, a produção de conhecimento e o fortalecimento da corresponsabilidade e da ética do cuidado no cotidiano da Assistência Social.

Considerando tais elementos, finaliza-se este trabalho reconhecendo o percurso construído. A oportunidade de dialogar com profissionais da Assistência Social, de revisitar criticamente as políticas públicas e de refletir sobre a própria posição como mulheres e futuras psicólogas constituiu uma experiência formativa, mobilizadora e transformadora, sustentada pelo compromisso com uma prática profissional humanizada. Seguindo a linha argumentativa já delineada, “como mulheres e estudantes, somos inevitavelmente atravessadas – direta ou indiretamente – por toda essa construção histórica. Portanto, nos sentimos impelidas a realizar essa reflexão por meio de um viés científico”. Mais do que um requisito acadêmico, esta pesquisa representou um exercício de escuta, responsabilização e engajamento com as urgências do nosso tempo – especialmente com aquelas que envolvem sujeitos em condição de vulnerabilidade social. Compromisso esse que motivou a escolha pelo curso de Psicologia e, conseqüentemente, a construção deste trabalho.

Referências

BELTRÃO, K. I. B.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 125-146, jul. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/> . Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 01 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF: Presidência da República, 2005a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm . Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004**: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2006.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Agosto Lilás**: Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar> . Acesso em: 03 maio 2024.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)**: referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Brasília: CFP, 2022.

CERQUEIRA, D. *et al.* Atlas da Violência 2018. **IPEA-FBSP**, Rio de Janeiro, jun. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018> . Acesso em: 01 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS**. 3. ed. Brasília: CFP, 2021.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, B. R. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Obras completas: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 6, p. 13-172.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MACHADO, B. Qual a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual? **Super Interessante**. São Paulo, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-diferenca-entre-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual>. Acesso em: 01 maio 2024.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, L. P. *et al.* Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 46-54, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/gwKpPNSBpdzvNbR6fCY5V7S/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MELO, J. Observatório dos Direitos Humanos: violência contra pessoas trans exige mobilização do poder público. **CNJ Notícias**, Brasília, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/observatorio-dos-direitos-humanos-violencia-contr-pessoas-trans-exige-mobilizacao-do-poder-publico/#:~:text=Em%202022%2C%20foram%20131%20casos,pessoas%20trans%20na%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica>. Acesso em: 03 maio 2024.

MINAYO, M. C. F. D. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.